

## Reflexos do feminismo negro: análise de um evento acadêmico na Universidade Estadual de Maringá

**LÍLIAN AMORIM CARVALHO\***

### Resumo

Apesar das desigualdades sociais ainda afetarem particularmente a população negra no Brasil, mantendo-a nos estratos subalternos da estrutura social, é possível perceber mudanças importantes nos últimos anos, como por exemplo acesso à universidade por meio do sistema de cotas raciais. No âmbito das discussões e práticas que o feminismo negro vem desenvolvendo no Brasil, esse artigo procura apresentar elementos para reflexão acerca do significado do evento acadêmico intitulado “III Colóquio de Feminismo Negro” realizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiro da Universidade Estadual de Maringá, especialmente por se tratar de uma cidade predominantemente branca e uma universidade que não implementou o sistema de cotas raciais. Nesse sentido, esse evento configura-se como representativo do impacto que o feminismo negro tem causado na modificação de espaços historicamente branco e masculino.

**Palavras-chave:** Movimentos de contestação; mulheres negras; espaços públicos; redes sociais.

### Abstract

Despite social inequalities still particularly affect the black population in Brazil, keeping it in the subaltern strata of the social structure, it is possible to see important changes in recent years, such as access to university through the racial quota system. In the discussions and practices that black feminism is developing in Brazil, this article seeks to provide elements for reflection on the meaning of the academic event titled "III Colloquium Feminism Negro" conducted by the Interdisciplinary Center for Studies Afro-Brazilian of State University Maringá, especially because it is a predominantly white city and a university that did not implement the system of racial quotas. In this sense, this event represent the impact that black feminism has caused in spaces historically white and male.

**Key words:** protest movements; black women; public spaces; social networks.



\* **LÍLIAN AMORIM CARVALHO** é Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências sociais da Universidade Estadual de Maringá. Pesquisadora do Núcleo de Estudos interdisciplinares Afro-Brasileiro - NEIAB-UEM.



**III COLÓQUIO  
FEMINISMO NEGRO**

**DIÁLOGOS SOBRE O EMPODERAMENTO  
DA MULHER NEGRA**

NEIAB/UEM  
Homenagem a Elza Soares

25 a 29 de julho de 2016  
Bloco I12 - 19H30 - UEM - Maringá-PR

UEM  
CCH Centro de Ciências Humanas  
Letras e Artes  
Pró-Reitoria de  
Extensão e Cultura  
DLM - Departamento  
de Letras Modernas

dcs INSTITUTO aocp ASAC ADUEM af Aliança Francesa

Foto: Paolo Giron

A “onda conservadora” que emergiu nas manifestações de 2015, em prol do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff tem sido vista como uma reação às conquistas sociais dos últimos governos, especialmente após a virada do século. Nos últimos 30 anos, desde a redemocratização do Brasil e a Constituição Cidadã de 1988, as reivindicações sociais das minorias políticas (negros/as, mulheres, LGBTT, indígenas, etc.) foram livremente externalizadas. Os movimentos sociais ocuparam espaços diversos, ampliaram redes e pautaram agendas públicas, de modo que as conquistas sociais, especialmente para classes subalternas impactaram em alguma medida na estrutura social historicamente sustentada nos alicerces ideológicos do patriarcado colonial, em que machismo e racismo operam para a manutenção dos lugares para os diferentes sujeitos (homens, mulheres, brancos, negros).

Se existe, de um lado a força ideológica que atua na reprodução das desigualdades raciais, fazendo com que mulheres negras permaneçam estatisticamente em posições de inferioridade, desempenhando funções subalternas como exemplo, babás e empregadas domésticas, além da fetichização sexual na figura da “mulata” (tal qual as mucamas do período colonial), existe, por outro lado, uma contracorrente que tem impulsionado a transformação desse cenário.

Uma simples busca na internet com termos “seminário, fórum, congresso, eventos” atrelado a “feminismo negro” vai listar inúmeros eventos espalhados Brasil afora, vinculados a esta temática que vem sendo realizados nos últimos anos. Um desses eventos foi o “III Colóquio de Feminismo Negro” realizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros da

Universidade Estadual de Maringá, o NEIAB-UEM. Esse artigo procura apresentar elementos para reflexão acerca do significado desse evento no âmbito das discussões e práticas que o feminismo negro no Brasil vem desenvolvendo, como um legado da necessidade de resistência herdado desde Dandara.

### O legado da resistência

A resistência da população negra no Brasil começa com a luta pela sobrevivência diante da perversidade do sistema escravocrata perpetrado pelo colonialismo europeu e, posteriormente, da marginalização a que foi relegada no período pós-abolição quando o intuito era a efetivação do trabalho livre e a constituição da nação brasileira. Se a sobrevivência da população negra demonstra sua resistência, a luta política aparece como fator imprescindível para a superação do racismo e suas mazelas. Nesse campo, no entanto, há demandas diferentes para o enfoque de gênero, assim como há divergências nas demandas das mulheres num enfoque étnico-racial.

Mulheres negras atuam no Movimento Negro e no Feminismo, porém com o machismo e o racismo entranhado na sociedade brasileira, essas mulheres acabam afetadas duplamente nesses movimentos, resultando na invisibilidade de sua atuação e demandas. Ribeiro (1998) explica que essa invisibilidade se traduz na secundarização da atuação das mulheres negras, que apareceriam em ambos os movimentos como “sujeitos implícitos”. Ou seja, como negra estariam contempladas nas reivindicações do movimento negro e como mulher, nas do feminismo, desconsiderando assim as especificidades da dupla opressão que enfrentam por ser mulher negra.

É nesse sentido que Carneiro (2001) advoga pelo enegrecimento do feminismo, no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, tendo como “principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero”. E ressalta a importância do feminismo negro com a dupla contribuição de gênero e raça para os movimentos:

Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica de ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-se assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro. (CARNEIRO, 2001)

A contestação da ordem hierárquica social constitui a base dos movimentos reivindicatórios. Dessa forma, o feminismo negro tal como exposto não apenas apresenta contribuições para os diferentes movimentos (negro e feminista) como questiona o caráter de universalidade desses movimentos ao adotar apenas uma das perspectivas, ou de raça ou de gênero, desconsiderando as diferentes opressões e o impacto assimétrico que causam nos diferentes

sujeitos.

Do ponto de vista teórico, o feminismo negro pode ser entendido como reflexo das discussões que emergem com as teorias pós-coloniais. Estas, por sua vez, questionam o pensamento colonizador e sua pretensão de universalidade que a modernidade apresentou ao mundo no processo histórico que perpetrou atrocidades por todos os cantos. Conforme aponta Giroux (1999), os princípios da modernidade inaugurados pela Revolução Francesa permitiram contestar a ordem:

É importante enfatizar que a orientação eurocêntrica para sistematizar o mundo dominando as condições da natureza e da vida humana representa uma forma de modernismo social que não deve ser confundida com os elementos mais emancipatórios da modernidade político. Por um lado, o projeto da modernidade social tem sido realizado sob a dominação crescente de relações de produção capitalistas caracterizadas por uma crescente mercantilização, burocratização, homogeneização e padronização da vida cotidiana. Esse projeto foi legitimado, em parte, através de um apelo ao projeto do Iluminismo – da racionalidade, do progresso e do humanismo. Por outro lado, o legado da modernidade político provê um discurso que inaugura a possibilidade de se desenvolver relações sociais em que os princípios da Liberdade, justiça e igualdade proporcionam a base para as lutas democráticas. Se as devastações da modernidade conduziram a formas explícitas de racismo e colonialismo, suas vitórias proporcionaram um discurso de direitos, educação universal e justiça social. (GIROUX, 1999, p. 137)

Os movimentos de contestação que

surtem no decorrer das lutas sociais calcadas nesses discursos por direitos e justiça social são fruto antes de tudo do encontro (ou seria confronto?) dos europeus e demais povos colonizados. Nos países com histórico de colonização em que se estruturou uma sociedade pluriétnica, a questão da diferença ganha força, jogando luz sobre as especificidades das chamadas minorias na luta por reconhecimento e direitos. Semprini (1999), analisando o contexto dos EUA e a emergência do “politicamente correto” chama atenção para a potência dos discursos:

A rápida circulação da informação e a mistura dos discursos sociais e dos estilos de vida favorecido pela mídia passam a situar todo o discurso numa praça pública – ou mais precisamente num *espaço de recepção* – sempre mais vasta. Além disso, a resignação ou submissão de certos grupos se transformam em reivindicações de reconhecimento e respeito. Novos movimentos sociais acedem ao espaço público e querem “tudo e imediatamente”. Esta transformação radical da circulação do sentido e da difusão dos discursos sociais está na origem mesma do movimento “pc” [politicamente correto]. (SEMRPINI, 1999, p. 69, grifos do autor)

A linguagem como estruturadora das relações sociais atribuindo sentido às ações é o ponto-chave que o pós-colonialismo evidencia no desvendamento da operação de discursos que engendram e perpetuam as hierarquias sociais. A partir disso, o pós-colonialismo questiona a estrutura social vigente cujo alicerce pauta-se na diáde privilégios-opressões, abrindo espaço para a contestação, conforme explicita Giroux (1999):

O pós-colonialismo desafia a

maneira como os centros do poder imperial se edificam através do discurso de narrativas mestras e sistemas totalizantes; eles contestam a autoridade monolítica controlada através de representações de “relações institucionais brutais” e reivindicações de universalidade. Os teóricos pós-coloniais oferecem resistência às práticas sociais que relegam o Outro às margens do poder; indagam como os centros do poder e do privilégio estão implicados em sua própria política de lugar como formas de apropriação imperialista; e, de fundamental importância, o pós-colonialismo contesta a escrita eurocêntrica dominante na política, na teoria e na história. (GIROUX, 1999, p. 32)

Entra em cena a “política do lugar” deslocando o epicentro dos discursos dominantes, na medida em que se lança luz para a naturalização de práticas por meio de discursos que correlacionam conhecimento e poder. Nas palavras de Giroux (1999, p. 38), “o que está em questão aqui é quem fala, sob que condições, e como é construído e traduzido dentro e entre diferentes comunidades localizadas no interior de relações de poder assimétricas”.

No bojo das contestações de classe, raça e gênero, mulheres negras brasileiras vêm atuando como “um setor organizado em âmbito nacional, part[indo]-se da necessidade de olhar as diferentes formas da experiência de ser: negra, mulher, pertencente a uma classe social” (RIBEIRO, 1998). Carneiro (2003) salienta a importância que o movimento de mulheres no Brasil conquistou sendo referência internacional, apresentando como indicativo o fato de que 80% das propostas encaminhadas para a Constituição de 1988 foram

contempladas, entre outros feitos, a destituição do pátrio poder. E ressalta as especificidades do feminismo negro nesse contexto:

*Enegrecendo o feminismo* é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p. 118, grifos da autora)

É assim que além da sobrevivência física, corpórea, mulheres negras resistem e vem se inserindo no espaço público buscando protagonizar suas histórias, lutando “para garantir a subsistência, direitos sociais e políticos, e qualidade de vida para si, seus familiares e para a comunidade”. Num país que insiste em aniquilar subjetividades e experiências diversas seja por meio da monocultura do pensamento colonizador, cujo padrão é europeu, branco, masculino, ou pelo extermínio (físico ou simbólico) da população negra causado pela pobreza e violência que a afeta de modo contundente, “a agenda política das mulheres negras transcende as questões de gênero, abarcando o combate ao

racismo, à discriminação e ao preconceito racial” (RIBEIRO, 2006, p. 804).

### Os números da violência

De acordo com o relatório da ONU sobre as questões das minorias publicado em 09 de fevereiro de 2016, 70,8% das pessoas vivendo em extrema pobreza no país são afro-brasileiros. Especificamente sobre as mulheres negras, o relatório aponta que estas são mais propensas à violência, vulneráveis particularmente à violência sexual e doméstica. O índice, em 2013, é de 66,7% a mais de mulheres negras mortas do que as brancas. Tal marginalização ocorre nos diversos outros âmbitos da vida social, de acordo com o relatório há alta incidência de mulheres negras em empregos de baixa qualificação, como o trabalho doméstico, e poucas ocupam posições de poder.

Miranda (2015) chama atenção para os dados do IPEA que indicam 70,8% dos inativos são negros e 75,8% são mulheres. A autora, juntando as variáveis raça e gênero, afirma “que a mulher negra é a que tem mais dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, pois, somente esse segmento, representa 54,2% dos inativos” (MIRANDA, 2015, p. 74). Diante dessa dificuldade, conforme aponta o relatório da ONU, o trabalho doméstico acaba sendo a principal atividade laboral desempenhada por mulheres negras, fomentando o estigma de mulher negra serviçal:

A história das empregadas domésticas revela a complexidade das desigualdades raciais e de gênero no país: violência sexual e psicológica, privação da liberdade, ambiente de trabalho inóspito e insalubre, baixos salários e pagamentos atrasados representam

algumas das circunstâncias adversas vivenciadas cotidianamente por esse grupo de trabalhadoras. (SANTOS, 2009 apud MIRANDA, 2015)

O relatório da ONU também aponta que as mulheres negras são altamente sobre-representadas nas populações prisionais, em comparação com as brancas. E chama atenção para os efeitos do grande número de homicídios masculinos de afro-brasileiros sobre as mulheres afro-brasileiras, como as mães, esposas e irmãs desses jovens mortos. O impacto é significativo na medida em que não é fornecido qualquer apoio psicossocial ou reparação. Outro ponto destacado refere-se à alta taxa de abandono escolar para as meninas afro-brasileiras, por serem muitas vezes obrigadas a assumir as tarefas domésticas, incluindo os cuidados de irmãos mais novos. Da mesma forma, são altas as taxas de gravidez na adolescência, particularmente nas áreas mais pobres e as taxas de mortalidade materna para as mulheres afro-brasileiras. (ONU, 2016)

Esse cenário demonstra as consequências da feminização da pobreza, em particular para mulheres negras. Miranda (2015) aponta que uma saída promissora é por meio da educação e cita Martins (2013) que identifica o aumento da inserção da mulher negra em várias áreas da sociedade por consequência do aumento do grau de escolaridade refletindo no aumento de renda e o impacto disso para a reestruturação social:

O acesso à educação para a mulher afrodescendente contribui não somente para uma mobilidade social vertical ascendente, ou seja, a conquista de grau acadêmico, mas permite que haja mobilidade no sentido horizontal, que é o compartilhamento de informações entre grupos sociais distintos.

(MARTINS, 2013, p. 111 *apud* MIRANDA, 2015)

Com isso, apesar dos indicadores demonstrarem ainda a subalternidade da mulher negra no Brasil e toda a carga de estigmas que a pobreza e a cor imputam violentamente à vivência dessas mulheres, as discussões do feminismo negro têm impulsionado a alteração de cenários historicamente brancos e masculinos, disseminando conhecimento que mobilizam ações políticas e potencializam a transformação dessas realidades, postura essa adotada por Pereira (2013):

No Brasil, a visibilidade conquistada por movimentos negros e a presença de mulheres negras em programas de pós-graduação – em número reduzido, porém inédito – tem estimulado a documentação e a análise deste legado, frequentemente sob a rubrica de “estudos sobre as mulheres negras” ou “feminismo negro”. Juntando-me a tais esforços, compartilho da visão de que, ao abordar fenômenos políticos e sociais, militantes negras formulam e associam conceitos e práticas de forma inovadora e, ao fazê-lo, geram novas perspectivas sobre eles. (PEREIRA, 2013, p. 2)

O impacto dessa abordagem que coloca novas perspectivas sobre conceitos e práticas a partir de experiências subjetivas – no caso aqui de mulheres negras – podem ser melhor dimensionado ao se considerar o contexto de produção e execução de ações específicas. É nesse sentido que será analisada a realização de um evento acadêmico voltado para discussão do feminismo negro, na universidade pública estadual da cidade de Maringá no Paraná.

De acordo com o censo 2010 do IBGE, Maringá possuía 357.077 habitantes,

sendo 51,9% de mulheres, estimando um total de 403.063 para 2016. O IDH de 0.808 em 2010 e incidência de pobreza de 33,85%. Sobre autodeclaração de cor, segundo o censo 2010, mais de 70% se autodeclararam brancas, 22% pardas e apenas 3,4% se autodeclararam pretas. Um estudo sobre as dimensões das desigualdades no mercado de trabalho a partir da composição de cor, aponta que “a taxa de fragilidade ocupacional da população negra (considerando a cor preta e parda) é de 1,2 vezes maior do que a taxa de fragilidade ocupacional da população branca.” (SOUZA; ACORSI, 2015, p. 250).

Maringá é pólo regional e contempla a UEM - Universidade Estadual de Maringá que aparece na 28ª posição na avaliação do MEC, pelo IGC de 2014. A UEM oferece 52 cursos de graduação, 93 de especialização, 28 de mestrado e 12 de doutorado. Possui sistema de cotas sociais para os ingressantes dos cursos de graduação, mas não tem cotas raciais. De acordo com dados divulgados pela universidade em 2011, dos 14.641 estudantes, 78% responderam à pesquisa que identificou 76,58% se autodeclararam brancos, 13,68%, pardos e 1,8% negros. (Portal da UEM disponível em: [http://src.odiario.com/Imagem/2011/09/15/o\\_192635768.jpg](http://src.odiario.com/Imagem/2011/09/15/o_192635768.jpg). Acessado em: 19/09/2016)

### **A mulher negra no espaço branco**

O “espaço” aqui conjuga significado do concreto (estar num local) e do abstrato (fazer parte de instituições) e se apresenta como resultado de um processo histórico que as relações de poder tem mantido branco. Nesses termos, o feminismo negro propõe “ocupar todos os espaços na sociedade – o poder público, o parlamento, os meios acadêmicos, as associações, os

partidos, os movimentos sociais”, a fim de reforçá-lo enquanto “produtor de idéias e práticas inovadoras, que questionam a estrutura social vigente – os domínios entre as nações; os mandos e desmandos do capital; a cristalização do poder como sendo atribuição masculina e branca, entre outros fatores” (RIBEIRO, 2006, p. 809).

Dessa maneira, a realização do III Colóquio do Feminismo Negro promovido pelo NEIAB na UEM indica esse movimento de ocupação em que mulheres negras afirmam-se como sujeitos de saber e atuam no sentido de contestação da ordem, nas palavras de Pereira (2013):

As feministas negras desafiam a autoridade da academia e de agências governamentais como centros irradiadores do conhecimento científico. (...) Adotando-se de recursos indutivos, mobilizam experiências históricas das mulheres negras, utilizam-se de outros espaços de teorização externos a estas instituições, resgatam trajetórias esquecidas e incorporam saberes descreditados sob o rótulo de senso-comum a narrativas sociológicas (Gonzalez, 1984b; Carneiro, 2003b; Werneck, 2007). Afirmam-se, portanto, como sujeitos de saber e, constatando que setores da academia contribuem para a hegemonização do mito da democracia racial, suspeitam da neutralidade de projetos de conhecimento desatrelados de propostas de erradicação de desigualdades. (PEREIRA, 2013, p. 6)

O evento foi realizado em comemoração ao Dia internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, no período de 25 a 29/07/2016, com a temática “Diálogos sobre o empoderamento da mulher negra” e homenagem à cantora Elza

Soares. Todas as mesas de debate foram compostas por mulheres negras (exceto uma que apresentou dados sobre segregação da mulher negra em Maringá, mas dividiu a mesa com outra mulher negra que compartilhou sua experiência de morar na periferia).

Os debates tiveram a seguinte composição: dia 25/07, “A mulher negra e o empreendedorismo” com Ana Paula Xongani da Xongani Moda Afro e Beatriz Caixeta da Loja Meu Turbante Minha Coroa; 26/07, “Reflexões sobre o feminismo negro” com Stéphanie Ribeiro ativista negra e graduanda de arquitetura na PUC/SP e Eliane Oliveira, professora mestre de sociologia na rede pública de ensino e administradora da página “Preta e Acadêmica” no *Facebook*; 27/07, apresentação da peça de teatro “Tempos de Cléo” seguido da mesa de debate com tema “A segregação da mulher negra nos espaços urbanos” com Ana Lúcia Rodrigues, coordenadora do Observatório das Metrôpoles na UEM e Daniara Thomaz, graduanda em ciências sociais na UEM; 28/07, palestra sobre racismo com Alexandra Loras, consulesa da França no Brasil na época; e 29/07, exibição do documentário “O gingado da nega” com comentários de Laís Fialho, graduada em geografia pela UEM.

O NEIAB/UEM é coordenado por uma mulher negra, a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marivânia Conceição de Araújo e a maioria dos integrantes envolvidos diretamente na organização deste evento é composta por mulheres negras. Essas mulheres, vale ressaltar que são pesquisadoras no núcleo de estudos, estão ligadas em redes de contato em torno da temática do feminismo negro. Essa rede propicia não somente o engajamento na militância, mas, sobretudo, o apoio mútuo e fortalecimento desse elo em

torno das demandas das mulheres negras. Os contatos com as participantes das mesas foram efetuados basicamente via redes sociais na internet, principalmente pelo *Facebook*. Todas as convidadas negras atuam nessa rede, seja de forma particular, ou com páginas públicas. Algumas utilizam também outros canais, como o *youtube* e desenvolvem ações de militância ou de negócios nesses espaços.

Outro aspecto importante a ser destacado no evento foi a presença marcante do público que lotou o auditório, com capacidade para 180 pessoas sentadas (muitos ficaram em pé), praticamente todas as noites. O interesse pela temática foi compartilhado por um público plural no tocante a cor, sexo, idade, muitos imbuídos pela presença das convidadas, militantes ativas nas redes sociais cuja visibilidade angariam seguidores. Recuero (2012) analisa como capital social e laços sociais configuram-se em sites de redes social e apresenta benefícios para o grupo e para o indivíduo conectados nessa rede. Segundo a autora, as redes sociais online impactam na vida das pessoas, construindo novos tipos de capital social:

Apresentamos e discutimos as formas de investimento e os benefícios do capital social para as redes sociais na Internet a partir do foco nas novas formas de criação e manutenção das conexões sociais. O que discutimos, portanto, é que por proporcionar essas diferenciações nas representações das redes, os sites de rede social interferem nelas, gerando percepções diferentes de valores para os atores que vão motivar as ações de apropriação das próprias ferramentas, no sentido delineado por Coleman (1988) de ação social. Essas motivações alteram as

representações das redes no espaço online, que se tornam diferentes das redes off-line. Há, assim, novas formas de construir rede social (Recuero & Zago, 2009) e novas redes que impactam o cotidiano dos atores. Há, ainda, novos benefícios que são disputados e construídos pelos atores, gerando novas formas de capital social. (Idem, p. 611)

Nesse sentido, o evento mostra-se como reflexo de transformações sociais impelidas por movimentos de contestação atrelado às novas tecnologias de mídias proporcionadas pelos sites de rede social. Esse conjunto de fatores permitiu que na mesa de abertura do evento estivessem os representantes da gestão universitária, 100% branca na maioria homens, dividindo o espaço com as representantes da militância negra composta na totalidade por mulheres negras. Nos discursos dos representantes da universidade há o reconhecimento da importância do evento e da necessidade de enfrentar os problemas causados pela discriminação de mulheres e negros/as, contrariando (ao menos no discurso) o imaginário calcado no mito da democracia racial. Algo que é altamente significativo numa universidade majoritariamente branca, em que a discussão sobre cotas raciais há alguns anos foi suplantada com o discurso de que as cotas sociais contemplariam a população negra.

Os diferentes temas abordados pelas mulheres negras com a perspectiva do empoderamento da mulher negra indicam a força que o movimento do feminismo negro tem gerado na superação da subalternidade tanto no tocante às mulheres negras ocupando posições de destaque no evento (e em suas vidas), quanto como efeito propulsor de estímulos para outras mulheres negras. Esse estímulo diz

respeito não somente à ocupação de espaços públicos, mas principalmente a questões da vida privada, que aliás, é primordial para que a primeira aconteça. Essa perspectiva pode ser vista em Pereira (2013) ao dizer que o feminismo negro alia “de forma original, duas dimensões de análise distintas: experiência individual e estrutura social”. Segundo esta autora, as feministas negras:

Ao aderir a definições fluidas e flexíveis de poder e, ao mesmo tempo, observar com ele sedimenta estruturas que perduram no tempo, permanecem a tentas à interação de fatores micro e macro-analíticos, fazendo recair o foco sobre os últimos. Este aspecto é particularmente visível em seus materiais de mobilização: no nível macroanalítico, aborda-se o funcionamento da sociedade, de instituições públicas e de canais participativos; no nível micro-analítico, empregam-se narrativas pessoais de resignificação da subjetividade por meio do reconhecimento de opressões e adesão a práticas e discursos transformadores. (Idem, p.7, sic)

Além do evento em si, um exemplo significativo que reflete essas transformações é o caso da experiência da Daniara Thomaz, compartilhada na mesa sobre “segregação urbana da mulher negra”. Entre outros assuntos tratados, a graduanda salientou a importância de ter entrado na universidade e se tornado referência (e estímulo) para parentes e amigos da periferia onde mora. Situação esta que tem sido relatada cada vez mais nas redes sociais por mulheres que muitas vezes foram as primeiras na família a conseguir entrar e terminar um curso superior e possibilitar, com isso, outro destino para a família que não a pobreza e marginalização.

Nesse contexto, o evento também pode ser pensado senão como causa, ao menos como meio ou ainda potencializador de relações que impulsionam novas frentes de atuação das e para as mulheres negras. No evento, novos contatos foram estabelecidos entre os participantes (ouvintes e palestrantes) e conectados na rede social via *Facebook*, ampliando o alcance da divulgação de ações e informações sobre a temática. A disseminação desses conteúdos contribui para que “o pensamento democrático do feminismo negro se configur[e] como uma ferramenta de democratização dos próprios conceitos necessários à participação na vida política do país” (PEREIRA, 2013, p.6), sendo exponencialmente ampliado e impulsionado com as redes sociais.

### Considerações finais

O quadro social brasileiro ainda é marcado pela reprodução de desigualdades raciais e de gênero, porém, a despeito dessa realidade, é possível verificar hoje transformações na vida pública e privada das mulheres negras no Brasil. Ou seja, apesar da constatação do cenário de violências e opressões que aflige a população negra, e voltando-se mais especificamente para como esse cenário aflige as mulheres negras de forma particular, as lutas e discussões do feminismo e do movimento negro têm possibilitado mudanças significativas.

O evento analisado neste artigo demonstra o impacto dessas transformações para a reconfiguração da estrutura social. Como reflexo dos movimentos de contestação e do legado de resistência, apresenta concretamente a presença de mulheres negras em posições de destaques em espaços historicamente brancos e masculinos. São mulheres que, por trajetórias de

vida específicas, não seguiram a lógica da marginalização que a maioria das mulheres negras ainda enfrentam no Brasil. Assim, hoje desempenham atividades diversas, são empresárias, acadêmicas, professoras, militantes, ocupando lugares a que sempre estiveram impedidas por conta do processo histórico de estigmatização e marginalização desse grupo.

Como mobilizador, o evento permitiu fortalecimento e ampliação de laços sociais que se traduzem nas novas conexões que os sites de rede social propiciam. Dessa forma, a disseminação de conteúdos vinculados a temáticas pautadas pelo feminismo negro é impulsionada, alcançando mais adeptas. Assim, abrem-se mais espaços para a partilha de experiências e troca de saberes, em que representatividade, estimas e auto-estimas entram em jogo. Isso pode possibilitar mudanças nas percepções dessas mulheres sobre si mesmas e sobre as demais, principalmente em relação a sentir-se empoderadas para transgredir a lógica histórica e ocupar os diferentes espaços na vida pública, o que poderá impactar significativamente na alteração da estrutura social.

#### Referências

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Revista Lola Press** nº 16, novembro de 2001.

\_\_\_\_\_. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, vol.17, no.49, São Paulo, Sept./Dec. 2003.

GIROUX, Henry A. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional**: novas políticas em

educação. Porto Alegre: Artmed, 1999

MIRANDA, Débora B. **Tecendo o futuro**: vivências de mulheres negras numa perspectiva intergeracional e familiar. 2015. 178fl. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Interdisciplinares da Universidade de Brasília – UnB, 2015.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Conselho de Direitos Humanos. **Report of the Special Rapporteur on minority issues on her mission to Brazil**. Disponível em: <https://documents-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G16/036/02/P/DF/G1603602.pdf?OpenElement> Acesso em: 16/08/2016.

PEREIRA, Ana Claudia J. Feminismo negro no Brasil: a luta política como espaço de formulação de um pensamento social e político subalterno. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X

RECUERO, Raquel. O capital social em rede: como as redes sociais na internet estão gerando novas formas de capital social. **Contemporânea comunicação e cultura**, v.10, n.03, set-dez 2012 – p. 597-617. ISSN: 18099386

RIBEIRO, Matilde. Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política. In: BORBA, A., FARIA, N., GODINHO, T.(orgs). **Mulher e política**: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

\_\_\_\_\_. O feminismo em novas rotas e visões. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 14(3): 801-811, setembro-dezembro/2006.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.

SOUZA, Paulo R.; ACORSI, Cledina Regina L. Organização social do território e desigualdades sociais: oportunidades no mercado de trabalho. In: RODRIGUES, Ana Lúcia (Org.). Maringá: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015.